

**DESAFIOS À CLÍNICA
PSICANALÍTICA
DECORRENTES DO
RACISMO E OUTRAS
VIOLÊNCIAS QUE RECAEM
SOBRE A POPULAÇÃO
NEGRA**

**CHALLENGES TO PSYCHOANALYTIC PRACTICE ARISING FROM RACISM
AND OTHER FORMS OF VIOLENCE THAT AFFECT THE BLACK
POPULATION**

Ciências Sociais Aplicadas • 07/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775539819](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775539819)

Fábio Félix Ferreira¹

André Alves Cruz²

RESUMO

O ensaio ora apresentado tem como objetivo, ainda que de modo introdutório, apresentar aspectos, inquietações e reflexões iniciais acerca dos desafios postos à clínica psicanalítica quando lida com os conceitos/categorias gênero, racismo, sofrimento, adoecimento psíquico e prática clínica. Trata-se de um convite inicial à reflexão quanto às contribuições (ou não) das/dos psicanalistas para a manutenção e reprodução dos racismos e outras violências que recaem sobre a população negra, em particular mulheres negras; do mesmo modo, é um apelo a se pensar e desenvolver abordagens e estratégias clínicas respeitadoras da condição humana.

Palavras-chave: Gênero, Racismo, Violência letal, Adoecimento psíquico.

ABSTRACT

The aim of this essay has the objective, albeit in an introductory manner, is to present aspects, concerns and initial reflections on the challenges presented to psychoanalytic clinics when dealing with the concepts/categories of gender, racism, suffering, mental illness and clinical practice. It is an initial invitation to reflect on the contributions (or lack thereof) of psychoanalysts to the maintenance and reproduction of racism and other forms of violence that affect the black population, particularly black women; in the same way, it is an appeal to think about and develop clinical approaches and strategies that respect the human condition.

Keywords: Gender, Racism, Lethal violence, Mental illness.

RESUMEN

El ensayo aquí presentado pretende, aunque de manera introductoria, presentar aspectos, inquietudes y reflexiones iniciales sobre los desafíos que plantea a la clínica psicoanalítica al abordar

los conceptos/categorías de género, racismo, sufrimiento, enfermedad psicológica y práctica clínica. Esta es una invitación inicial a reflexionar sobre los aportes (o no) de los psicoanalistas al mantenimiento y reproducción del racismo y otras violencias que afectan a la población negra, particularmente a las mujeres negras; Asimismo, es un llamado a pensar y desarrollar enfoques y estrategias clínicas que respeten la condición humana.

Palabras-clave: Género, Racismo, Violencia letal, Enfermedad psíquica.

Aspectos Iniciais

No país da “democracia racial”, as teorias em torno da mestiçagem contribuíram para a institucionalização, ou legalização, de um verdadeiro “linchamento étnico”. Conforme afirma Ferreira¹, o racismo à brasileira segue sendo representado pela negação e violação de direitos; por estratégias políticas de silenciamento e invisibilização; e pela restrição de acesso às políticas e equipamentos públicos.

Em decorrência dessas estratégias, mulheres e homens negros, embora formalmente libertos, foram mantidos sob permanente vigilância e controle por parte do Estado brasileiro, pois a branquitude, enquanto sistema, viu a necessidade de disciplinarização, segregação e inocuização dessa população por meio de certas estratégias políticas e jurídicas, como, por exemplo, as de controle punitivista.

Como sintetiza Ferreira,

Discursos e práticas de controle punitivas encontraram sustentação na argumentação/tese lombrosiana (atavismo lombrosiano/ raças não plenamente evoluídas/ delinquentes natos), que nessas bandas terceiro- mundistas fora recepcionada pelo pensamento positivista vigente no Século XIX.

A elite intelectual brasileira abraçou os paradigmas da ciência europeia, respaldando a ideia de que os afrobrasileiros/as não se adequavam às concepções de tempo, trabalho e espaço na nova sociedade que se formava. A naturalização da indolência, da lascívia e do crime como deficiências inerentes ao ser negro ou ao ser mestiço definiu a imagem do liberto como uma patologia da sociedade brasileira e, portanto, passível de processos de higienização, cujos aparatos policiais, judiciais e prisionais se constituíam nos principais instrumentos de retirada dos afrodescendentes libertos do espaço público, em um processo de exclusão que envolvia organismos como as unidades de distanciamento social – colônia correcional, cadeia e manicômio.¹ (p. 85).

Desde então, o Estado faz uso de estratégias de controle social, violadoras e tão perversas quanto às existentes no período escravagista, recorrendo a instrumentos de vigilância e disciplina punitiva desses segmentos – como por exemplo o da disciplina manicomial.

Essas estratégias estão inseridas no contexto e processo de estruturação e reprodução dos racismos científico, estrutural e institucional; em síntese, tal processo ocorre quando se associa ao povo negro as etiquetas e estigmas que lhe conferem características identitárias negativas, que associam negros e negras à figura do “ser naturalmente desviante”, e que, portanto, devem ser contidos, controlados, segregados e inocuidados, seja moral, psicológica ou fisicamente. No Brasil, conforme Ferreira², a partir das premissas racistas, o povo negro deixou de figurar como humano, sujeito de direitos, sendo objetificado e visto como mercadoria. Trata-se da neutralização do “diferente”, do “outro”, do “animista”, considerado “perigoso” para a manutenção da ordem estabelecida.

A persistência do mal-estar que define o negro como um elemento de “degeneração” da sociedade que almeja ser civilizada prolongou-se ao longo dos séculos XX e XXI no imaginário brasileiro, reproduzindo e sustentando os discursos e práticas de afastamento social e segregação e eliminação dos “dissociáveis”, os vulnerabilizados historicamente.

Persiste a lógica da assepsia urbana, seja pelo aprisionamento, seja pela violência letal perpetrada pelo Estado, retirando os “indesejáveis” das ruas, quais sejam: crianças negras empobrecidas e mulheres e homens negros marginalizados; reproduzindo, assim, um modelo de segregação e eliminação voltado aos mais jovens, mais pobres e mais negros.

Essas estratégias de contenção e eliminação dos “indesejáveis” são apontadas por Foucault³ como sendo o “[...] racismo de estado que funciona de modo a se servir da raça, da eliminação das raças e da purificação da raça, para exercer seu poder soberano”; ou seja, “[...] o

discurso da guerra entre raças sustentou a conquista, contenção e subjugação de uma raça por outra” como estratégias de manutenção de uma ordem econômica e política imposta, “[...] retroalimentando o discurso da luta de raças como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade; trata-se do ‘genocídio colonizador’ sustentado nos conceitos de ‘biopoder’ e ‘biopolítica’”³ (pp. 64-65).

Trata-se, em outras palavras, de um conjunto de “tecnologias de poder” e “dispositivos” de manutenção e reprodução da ordem econômica e política, como aponta Foucault³; “tecnologias” e “dispositivos” que se inscrevem nas instituições e práticas estatais por meio de um conjunto de estratégias, tais como: criminalização das populações racializadas, violência policial, encarceramento em massa, seletividade penal, contenção punitivista de movimentos migratórios, objetivando, em última análise, o exercício do poder estatal sobre os corpos individual, coletivo e social numa reprodução da ordem vigente.

Acerca dessas mesmas estratégias, Fanon⁴ também aponta para o caráter violento das estratégias de contenção e eliminação dos “indesejáveis” ao afirmar que

[...] colonização é um estado de dominação total de um povo sobre outro que se estabelece por meio da violência. Portanto, a violência é apresentada como este meio de dominação, isto é, como um método político caracterizado pela negação da subjetividade do sujeito colonizado: É preciso destruir os seus sistemas de referência. A expropriação, o despojamento, a razia, o assassínio objetivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado, os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados.⁴ (p. 80).

Nessa mesma direção, Mbembe⁶, a partir dos conceitos de “mundos de morte”, “mortos-vivos”, “necropolítica” e “necropoder”, numa crítica ao colonialismo e às disputas, ocupações e submissões geopolíticas, aponta, em síntese, que

[...] a noção de necropolítica e necropoder explica as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos.”⁶ (p. 71).

É nesse quadro, agravado pelas variadas formas de manifestação do racismo – científico, estrutural, institucional, socioeconômico, epistêmico, cultural e religioso –, que se organizam enquanto estratégias biopolíticas e necropolíticas de contenção e eliminação da pluralidade, que propomo-nos a investigar os efeitos do racismo no psiquismo da população negra e apresentar um caminho teórico capaz de instrumentalizar a atuação do/da psicanalista no manejo clínico.

Racismo, sofrimento e adoecimento psíquico de mulheres negras

Acerca das violências racistas que recaem sobre mulheres negras – violências, negações, silenciamentos – e os efeitos na saúde dessas mulheres, Davis⁸ afirma que as violências racistas seguidas da desassistência e desamparo podem ser resumidas da seguinte forma:

*A morte não é uma estranha em nossas vidas, em nossos mundos. Perdemos nossos pais devido a hipertensão e ataques do coração; perdemos nossos maridos e amantes vitimados pela violência policial; perdemos nossos filhos nas prisões ou no tráfico de drogas.*⁸ (p. 108-109).

O sofrimento e adoecimento decorrentes das violências racistas, incluindo-se aqui a violência letal perpetrada pelo Estado, por vezes, resultam em efeitos psíquicos, tais como: depressão, baixa autoestima, ansiedade, *stress* psicológico, entre inúmeros outros efeitos. Esses desfechos negativos são observados de maneira

independente da condição socioeconômica, idade ou escolaridade⁹ (Paradies *et al.* 2015). Ademais, o sofrimento e o luto se prolongam no tempo e são, quase sempre, atravessados pela desassistência e desamparo estatal, além de ameaças e processos de revitimização dessas mulheres, conforme Davis⁸.

Damasceno & Zanello (2018)¹⁰, citando Cruz (2004), sintetizou o sofrimento e adoecimento de mulheres negras vitimizadas pelas várias formas de violência racista e de gênero da seguinte forma:

(a) verificou que o desconhecimento das necessidades da mulher negra por parte das instituições e dos profissionais de saúde contribui para a persistência de estruturas de discriminação; (b) constatou que o número de textos sobre saúde da mulher negra, violência contra mulheres, violência doméstica é exíguo; (c) observou o impacto do racismo, do sexismo e da discriminação sobre a saúde mental da mulher negra a partir da constatação de distúrbio da autoestima e distúrbio do autoconceito; (d) atribuiu a presença do sofrimento psíquico à opressão, materializado na taxa de mortalidade por transtornos mentais, superior ao de pacientes brancas, provavelmente resultantes de tratamento racializado; (e) sugeriu intervenções afirmativas possíveis de serem efetuadas por todos os envolvidos: a paciente negra, os profissionais, as instituições, a sociedade civil organizada e os gestores do SUS.¹⁰ (Damasceno & Zanella, 2018, p. 456, citando Cruz 2004)).

Nesse mesmo sentido, Damasceno & Zanella¹⁰, citando Pavão et al. (2012), verificaram que (a) a discriminação racial teve uma forte associação com três aspectos pesquisados: autoavaliação da saúde, morbidade física e depressão; (b) a experiência de qualquer nível de discriminação racial foi associada a um aumento de 1,4 vezes na probabilidade de se ter uma saúde fragilizada; (c) a depressão foi o

efeito na saúde que apresentou a associação mais pronunciada com a discriminação racial.

Ademais, outros sofrimentos são apontados por Glens¹¹, ao afirmar que:

O silêncio do sistema de Justiça é, na verdade, um silenciamento dos mortos e de seus familiares, deixando claro que pior do que terem seus algozes inocentados pelo Judiciário é sequer ter seu caso analisado por ele. Um silenciamento que nem tenta disfarçar a si mesmo. Uma repressão prévia de qualquer elaboração possível, jurídica ou psíquica, desses casos no teatro da Justiça. Do mesmo modo que a polícia silencia os “inimigos” da sociedade através do que Zaccone denominou de “pena de morte informal” (Cf. D’elia filho, 2015), o sistema de Justiça também os silencia, fazendo sua parte no assassinato dessas pessoas: matar simbolicamente os “indesejáveis” sociais. Se a polícia elimina o corpo, a Justiça elimina a memória e a verdade, mata o que essas pessoas representavam, deixando o traumático em um vazio de sentido ao invés de propiciar um palco coletivo para sua elaboração. A revitimização, portanto, significa que a produção do sofrimento é contínua. A dor vivenciada por essas pessoas não advém apenas do acontecimento traumático. Ela é perenemente produzida e reproduzida por aquelas instituições que, em tese, deveriam ajudar a mitigá-la. O luto nunca termina, entre outros motivos, porque os procedimentos burocráticos de elucidação e julgamento dos casos nunca terminam. O processo de superação do traumático mimetiza o processo judicial: ambos permanecem sempre em aberto. E ao não terminar, o processo judicial continua produzindo sofrimento. Como a revitimização é constante, ou seja,

*como ela ainda está em curso, a produção do sofrimento também ainda está vigente. Assim, a reativização feita pelo sistema de Justiça reatualiza as dores antigas e promove novas, fazendo com que o trauma não se deixe encapsular no passado.*¹¹ (p. 15)

Mas o que pensam os psicanalistas sobre o sofrimento e adoecimento psíquicos decorrentes das inúmeras violências racistas que marcam o cotidiano de mulheres negras? Ou então, nas palavras de Delfino (2001, *apud* Damasceno & Zanella)¹⁰: “[...] o que escuta um psicanalista quando fala um negro?” Ou ainda, como a clínica psicanalítica lida com esses adoecimentos atravessados pelos racismos e violências?

Na seara da produção teórica psicanalítica brasileira, vale ressaltar as contribuições da psiquiatra negra Neusa Santos Souza¹² que, na obra *Tornar-se negro – As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*, contribui para problematizações e reflexões acerca de uma prática clínica psicanalítica que reconheça os diversos tipos de violências decorrentes do racismo.

Do mesmo modo, cabe citar as contribuições trazidas pelo psicanalista Adriano Zago¹³, na obra *Relações Raciais na Escuta Psicanalítica*, ao afirmar que

[...] aspectos socioculturais, nesta perspectiva, são cruciais para se compreender as tortuosidades que as pessoas negras tem enfrentado em suas relações sociais: opressão, preconceitos, discriminação, tentativas de subserviência, desqualificações, exclusões, violências, etc. etc. etc., dissabores estes diretamente relacionados à condição racial. Como poderíamos pensar na escuta da pessoa negra nos consultórios psicanalíticos (ou em qualquer outro atendimento psicoterapêutico) sem levar em consideração a realidade social na qual ele/a está inserido/a? Estarmos atentos ao racismo estruturado em nossa sociedade deve ser uma premissa na escuta do sofrimento das pessoas negras, diferentemente de apenas se tentar “identificar” – no manejo dos casos clínicos – estruturas psicóticas, com traços paranoicos ou posições de vitimização.¹³ (p. 19-20).

Uma psicanálise implicada com um pensar e fazer interseccional, por meio da sua articulação teórico filosófica dialógica e dialética com a política e a cultura, contrapõe-se às tendências niilistas e despersonalizadoras do modelo científico cartesiano, formulando uma teoria atual e relevante para a sociedade pós-moderna. As contribuições dessa psicanálise implicada, ou então, de uma psicanálise, comprometida com a emancipação pessoal, grupal e coletiva, são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias, discursivas e clínicas, que busquem resgatar a autenticidade e o sentido da existência e da vida do paciente, atual e dinâmica, da

dignidade e da responsabilidade do ser humano ante sua própria existência.

O sujeito e o Outro

A psicanálise sempre esteve interessada no “Outro discurso que irrompe e interrompe o discurso do eu”¹⁴ (p. 21). Em seus desenvolvimentos teóricos, Sigmund Freud destaca, por meio da formalização dos atos falhos, dos chistes, dos lapsos e dos sonhos, o valor dos conteúdos que, pelo discurso, escapam à racionalidade do sujeito. Assim, o autor localiza o inconsciente no psiquismo como uma instância alheia ao próprio “eu”. Jacques Lacan, por sua vez, afirma que “o inconsciente é o discurso do Outro.”¹⁵ (p. 18). O psicanalista francês discorre sobre os desdobramentos de nos constituirmos na linguagem do Outro e reitera que tal estrutura simbólica, em razão de seu componente indizível, é marcada pela incompletude, por este vazio que possibilita a aparição do sujeito. Para Lacan¹⁶ (p. 25), “[...] o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, é uma lacuna contornada por marcas intraduzíveis, por meio das quais criamos nossa existência.

Tal complexidade põe luz nas relações conflitivas entre o sujeito e o Outro, apontando para uma via lógica de compreensão do mal-estar intrínseco à localização do sujeito na civilização. A partir da teoria freudiana, ao discorrer a respeito da inevitabilidade deste mal-estar, o psicanalista Joel Birman¹⁷ (p. 49-50) afirma que “[...] o imperativo civilizatório produziria inevitavelmente o mal-estar no psiquismo, ao deslocar o homem do registro da natureza para o da cultura. (...) a pulsão, como ser da natureza, seria irreduzível à ordem da cultura.” Faz-se imprescindível salientar que a categoria de civilização, utilizada por Freud¹⁸ para formalizar o conceito de mal-estar, faz

referência aos desígnios éticos, estéticos, políticos e sociais fundados a partir do Iluminismo. No discurso freudiano fica evidente a “[...] crítica da modernidade e de seus pressupostos, pelo mal-estar subjetivo que essa seria capaz de engendrar”¹⁷ (p. 52).

Ao associar o conceito de civilização ao mal-estar, Freud aponta para o embaraço estrutural inerente ao discurso moderno que, afirmando uma oposição entre o civilizado e o bárbaro, produz, como ilustra Achille Mbembe⁷ (p. 11), uma “ficção de cariz biológico” para codificar a loucura. O autor salienta que a dimensão imagética da barbárie assume um papel central nessa trama, pois corresponde ao que não se deve dar a ver, caso se pretenda cidadão na cultura. O colonialismo europeu do século XIX se legitimou no seio deste paradigma e, até os dias atuais, as marcas que escapam às vistas da gramática euro-norte-americana devem ser, no limite, extintas.

A tensão entre o ego e seu ideal

No tocante às significações sociais do corpo negro, Isildinha Baptista Nogueira²², aponta que, historicamente, os atributos físicos que caracterizam o negro foram associados à atributos morais e intelectuais. Nessa trama de significações sobrepostas, o corpo negro representa aquilo que é indesejável e inaceitável. Nota-se que a cultura, por meio da linguagem, produz uma negatividade que funda o que é desejável. Em contraste à negatividade significativa de um corpo negro, um corpo branco pode se reconhecer como um “humano”, pertencente à condição universal, e gozar dos atributos morais e intelectuais que sua aparência expressa na civilização. De certo, este engodo racial incide no psiquismo e seus desdobramentos, sempre singulares, lançam luz em certas formas de sofrimento. A partir da teoria psicanalítica, buscaremos

apresentar, ainda que de modo introdutório, caminhos para a compreensão das incidências do racismo à brasileira na constituição psíquica do sujeito negro e possíveis encaminhamentos à clínica psicanalítica.

Com relação à entrada do sujeito na cultura, a psicanalista Neusa Santos Souza¹² afirma que a instância imaginária regida pelo signo narcísico de onipotência – a saber, o ego ideal – é progressivamente substituída pela noção de ideal do ego, que articula as demandas libidinais à Ordem e à Lei. Posto que o bebê nasce imerso em um universo linguístico, as exigências culturais precedem a existência do sujeito. É a partir do (des)encontro da pulsão com a linguagem que o sujeito será convocado a advir. A linguagem, portanto, ao mesmo tempo em que permite a comunicação dos desejos, o transforma em outra coisa, pois, como indica Bruce Fink¹⁴, as palavras que utilizamos não são próprias, elas não correspondem às nossas demandas específicas: os desejos são moldados na forma da língua que nos é ensinada. Para Frantz Fanon⁵, falar é sobretudo assumir uma cultura e suportar o peso de uma civilização.

O negro, a quem Neusa Santos¹² (p. 34) faz referência ao longo da obra

“Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social”, “[...] é aquele que nasce e sobrevive numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo.” A respeito deste processo de formação de um ideal, Freud¹⁹ (p. 166) afirma:

*Há sempre uma sensação de triunfo quando algo no ego coincide com o ideal do ego. E o sentimento de culpa (bem como o de inferioridade) também pode ser entendido como uma expressão da tensão entre o ego e o ideal do ego.*¹⁹ (p. 166).

O autor prossegue analisando as repercussões da tensão entre o ego e seu ideal. Ele afirma que os objetos indignos de amor, malvistas pelo ideal de ego, são abandonados, contudo, tendem a retornar ao ego mediante identificação narcísica³.

Neste cenário, o conflito de ambivalência amor-ódio se faz presente. Se, por um lado, o objeto não pode ser abandonado, ao passo que o próprio objeto o é, por outro, “[...] o ódio entra em ação nesse objeto substituto [o próprio eu], insultando-o, humilhando-o, trazendo-lhe sofrimento e ganhando uma satisfação sádica nesse sofrimento”²⁰ (p. 109). Agora, as “[...] censuras e ataques dirigidos ao objeto vêm à luz sob a forma de autocensuras melancólicas”¹⁹ (p. 167). O componente sádico, presente neste autotortimento gozoso⁴, de acordo com Freud²⁰, indubitavelmente está entre os pressupostos mantenedores da depressão melancólica e é o que torna esta condição tão delicada e perigosa.

Baseado no ensino freudiano, verificamos que a depressão melancólica é um desdobramento do conflito entre o ego e seu ideal. Em virtude do processo histórico de escravização e da sequente transmissão das vivências por meio dos dispositivos de linguagem disponíveis no laço social, com Neusa Santos¹²,

admitimos que o ideal de ego do negro é branco. Nesta direção, o desejo de embranquecimento impele ao negro a negação de seu próprio corpo, podendo significar, em certos casos, o desejo de sua própria morte.

Se, como Lacan, afirmamos que o sujeito se constitui na linguagem, cabe aqui ressaltar o papel dos dispositivos de linguagem na transmissão das cicatrizes da escravização. A este respeito, a partir do conceito de fantasia, Fábio Bispo²³ (p. 112) nos indica que:

[...] podemos presumir que todo um conjunto de experiências remanescentes e não reconhecidas herdadas da escravização podem marcar nossos corpos de forma mais insidiosa. Os olhares ternos para as crianças brancas, a aspereza e impaciência com que as crianças negras são tratadas, o encontro cotidiano com os corpos que ocupam os lugares de prestígio e sucesso e com aqueles que ocupam as funções subalternas, as repreensões e elogios em relação às roupas, modos de vestir, andar, as aflições com os traços corporais, as rejeições amorosas, as experiências mais ou menos violentas com os cabelos etc., todas essas experiências podem afetar os corpos.²³ (p.112).

A clínica psicanalítica

Em sua obra, Lacan parte do conceito freudiano de *Spaltung*⁵, divisão do ego, para desenvolver a noção de sujeito dividido – parte

consciente e parte inconsciente. Se, ao nível da consciência, o sujeito pode ser representado na linguagem, como no emprego do pronome “eu”, no inconsciente, tal representação o escapa. A partir das formulações lacanianas, compreendemos que o sujeito é barrado pela linguagem, pois no mesmo movimento em que ele se expressa, se esconde. Lacan se refere ao sujeito do inconsciente como sendo a parte que assume a responsabilidade pelas movimentações em torno do sem-sentido. Como sintetiza Bruce Fink¹⁴ (p. 70): “A divisão é, em certo sentido, a condição da possibilidade da existência de um sujeito e o deslocamento intermitente parece ser sua realização.”

Ora, se o sujeito não se constitui como uma unidade imutável e estável, em virtude de ser um efeito de linguagem, podemos supor que na hiância⁶ da linguagem haja uma brecha para que Outras narrativas digam a seu respeito?

Em um processo de análise, o sujeito é instigado à criação de novas formas de contar os eventos de sua vida e, no decorrer deste exaustivo percurso, novas metáforas são produzidas. Cada uma traz consigo a precipitação do sentido posto e, portanto, iluminam outras leituras acerca da experiência em questão. Tal movimentação pode alterar a posição do sujeito no discurso e o inserir em uma Outra cena, mais singular⁷. A propósito do reposicionamento que a fenda da linguagem nos oferta, o filósofo Roland Barthes²⁴ (p. 40) salienta que “[...] nunca será possível libertar a leitura se, com um mesmo movimento, não libertarmos a escritura.” De certo, toda leitura ocorre no interior de uma estrutura, no entanto, a perverte. O autor insiste nesta direção e afirma:

Nessa perspectiva a leitura é verdadeiramente uma produção: não mais de imagens interiores, de projeções, de fantasias, mas, literalmente, de trabalho: o produto (consumido) é devolvido em produção, em promessa, em desejo de produção, e a cadeia dos desejos começa a desenrolar-se, cada leitura valendo pela escritura que ela gera, até o infinito.²⁴ (p. 40).

Ao convocar o sujeito para o atravessamento do estágio em que está alienado no/pelo universo do Outro, o analista se coloca na posição do objeto perdido e possibilita que, na transferência, o sujeito assumira a agência frente ao que o causa. Agora, o sujeito não é mais aquele que lê os códigos sociais, é aquele que, partindo deles, escreve a si mesmo. É a superação do plano das identificações que vai guiar o sujeito a se desprender das amarras deste Outro que, no lugar da Lei, indicou os caminhos pelos quais a pulsão atingiria sua satisfação – ao passo em que estipulava objetos amáveis, os quais deveriam ser investidos libidinalmente, e determinava aqueles cujo ódio implicaria no abandono. Deste processo, restam as cicatrizes, tal como descritas por Bispo²³ (p. 102):

Uma cicatriz pode ser motivo de sofrimento e vergonha por trazer à memória um evento doloroso. Por outro lado, pode ser tomada como uma marca no corpo que indica uma história de lutas e superações. Permanece uma ambiguidade entre um processo de cura - que indica como o corpo foi capaz de tratar uma ferida - e uma seqüela que insiste em não desaparecer. De toda forma, uma cicatriz é um traço inscrito no corpo que, para ser significado e interpretado, demanda que se possam construir narrativas, que se possam contar e recontar as histórias em torno de sua produção.²³ (p.102).

Pistas para prosseguirmos

À guisa de pistas para prosseguirmos, o ensaio ora apresentado é uma problematização inicial acerca dos marcos teóricos e práticas clínicas, vez ou outra, dissociados dos contextos concretos das pessoas negras vulnerabilizadas e vitimizadas por toda sorte de violências racistas. O texto é um convite inicial à reflexão quanto às contribuições (ou não) das/dos psicanalistas para a manutenção e reprodução dos racismos e outras violências que recaem sobre a população negra, em particular mulheres negras; do mesmo modo, é um convite a se pensar e desenvolver abordagens e estratégias clínicas respeitadoras da condição humana negra. Desse modo, uma psicanálise imbricada com as questões, teóricas e práticas, trazidas pela interseccionalidade se faz necessária enquanto conhecimento e prática capazes de promover a condição humana, dignidade e bem estar de pessoas negras, das mulheres em particular, que são

historicamente vulnerabilizadas pelo Estado e sociedade. Para isso, é preciso repensar a teoria e prática clínica por um viés de uma clínica do social enquanto estratégia de promoção de direitos, cidadania e bem estar. Por fim, se faz imprescindível o questionamento sobre o que pensam os psicanalistas a respeito do sofrimento e adoecimento psíquicos decorrentes das inúmeras violências racistas que marcam o cotidiano de mulheres negras ou, ainda, sobre como a clínica psicanalítica lida com esses adoecimentos atravessados pelos racismos e violências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ferreira FF, Cunha HS. (2010). Filtragem étnico-racial no funcionamento da justiça criminal. *Revista Pensar*, Fortaleza, 15 (1): 83-101.
2. Ferreira FF, Gois ES. (2021). Racismo estrutural e seus impactos no sistema de segurança pública do Brasil. *Revista Direito, UnB*, Brasília, 2021, 5 (3), ISSN 2357-8009: 75-100.
3. Foucault M. *Defender la sociedad*. Tradução: Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2010a.
4. Fanon F. Racismo e Cultura. *Revista Convergência Crítica*, nov. 2018, 13: 78-90.
5. Fanon F. *Pele Negra Máscaras Brancas*. (1952) ed. Salvador: EDUFBA;p. 1-194.
6. Mbembe A. *Necropolítica*. São Paulo: N-edições;
7. Mbembe A. *Crítica da razão negra*. 1 ed. Lisboa: Antígona;

8. Davis BM. Falando da perda: Hoje estou mal, espero que você entenda. In: Werneck J, Mendonça M & White E.C. (Orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas; 2006. p. 108-109.
9. Paradies Y, Ben J, Denson N, Elias A, Priest N, Pieterse A, et al. (2015) Racism as a Determinant of Health: A Systematic Review and Meta-Analysis. *PLoS ONE* 10(9): e0138511. doi:10.1371/journal.pone.0138511.
10. Damasceno MG, Zanello, VML. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2018, 38 (3). Disponível em:
https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?lang=pt_
11. Glens MV. *A impossibilidade do luto em famílias cujos filhos foram mortos pela polícia*, Disponível em:
https://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/5-_a_impossibilidade_do_luto_em_fami%CC%81lias_cuos_filhos_foram_mortos_pela_policia.pdf.
12. Souza NS. *Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, RJ: Graal; 1983.
13. Costa JF, Villas Boas F, Dunker C, Melo RXde, Belo F. *Relações Raciais na Escuta Psicanalítica*. 1ª ed. São Paulo: Zagodoni; 2021.

14. Fink B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. (1995) 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1998.
15. Lacan J. O seminário sobre “A carta roubada” [1955]. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1998.
16. Lacan J. *O Seminário: Os quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
17. Birman J. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2012.
18. Freud S. *O mal-estar na civilização* (1930). Rio de Janeiro: Imago; 1974. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XXI.
19. Freud S. *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921). Rio de Janeiro: Imago; 1976. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII.
20. Freud S. Luto e melancolia (1917). In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. Neurose, Psicose, Perversão. Belo Horizonte: Autêntica; 2020, p. 99-121.
21. Freud S. *A divisão do ego no processo de defesa* (1938). Rio de Janeiro: Imago; 1975. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII.
22. Nogueira IB. *A cor do Inconsciente: significações do Corpo Negro*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2021. p. 1-190.

23. Bispo F. Cicatrizes da escravização: corpo social e corpos singulares. In: *Ocupar a psicanálise: por uma clínica antirracista e docolonial*. São Paulo: N-1 Edições; 2023, p. 101-115.
24. Barthes R. *O rumor da língua* [1984]. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes,
25. Guerra AMC. (2019). Universal, particular e singular: Psicanálise e Política. *Clínica & Cultura*, Sergipe, 8(1): 7-23. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000100003&lng=pt&tlng=pt.

O presente texto resulta de uma apresentação feita em setembro de 2022 no Grupo de Estudos sobre Psicanálise, Direito e Sociedade, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Prisões, Violência e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A primeira versão fora publicada na Revista Direito Unifacs (outubro de 2022). O texto passou por revisão e ampliação considerando a produção teórica nacional mais recente acerca do tema.

¹ Prof. Dr. Titular lotado no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4688635154263621>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7392-0831>.

² Psicólogo (FAESA), Psicanalista e Mestre em Psicologia Institucional pelo Programa de Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Orcid iD:

<https://orcid.org/0000-0002-8140-2102>. E-mail: andrealvesc06@gmail.com.

³ Como descrito por Freud²⁰, trata-se do processo em que a regressão resulta no abandono do investimento de libido nos objetos. Como consequência, a libido é direcionada ao próprio eu. Em outras palavras, para fechar-se às ameaças externas, o psiquismo introjeta o objeto dentro do próprio eu. Agora, o objeto se confunde com o ego e toda a tenacidade das pulsões são conduzidas ao ego.

⁴ Entendido como um produto do conflito de ambivalência.

⁵ Frente ao perigo real, o ego deve decidir se irá renunciar à satisfação ou se rejeitará a realidade e a conservará. Freud²¹ (p. 309) afirma que a ameaça de castração abre uma “fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa.”

⁶ Lacan¹⁶ em seu seminário XI, aponta que a oscilação entre os sentidos gera uma brecha interpretativa, a hiância, que por sua propriedade faltosa, se destaca como um espaço que comporta certos fragmentos do Real e, por conseguinte, convoca o indivíduo à especulação de sentido a partir de seu universo simbólico.

⁷ “[...] diante de tantos mecanismos políticos, tácitos e poderosos, que controlam os corpos e as subjetividades, o exercício da singularidade disjunta do universal opera como forma de subversão permanente e indeterminada que fortalece o não-assentamento identitário, resguardando o movimento constante de possibilidade da transformação.”²⁵ (p. 20).